

41117 – Teorias Sociológicas

Orientações para o estudo do Tema 2. A idade de ouro: as teorias sociológicas do pós-II

Guerras Mundial aos anos 70

4. Teorias da construção social: Bourdieu, Berger e Luckmann

Pierre Bourdieu

Dado que as obras de Pierre Bourdieu, por um lado, e de Peter Berger e Thomas Luckmann, por outro, têm diferenças substanciais, elas serão leccionadas separadamente. Esta semana debruçar-nos-emos sobre a obra de Bourdieu.

Em grande medida, graças aos seus trabalhos sobre a reprodução social, muitos deles realizados em co-autoria com Jean-Claude Passeron, Pierre Bourdieu tornou-se num dos autores mais influentes na sociologia do século XX. Porém, sobretudo, no final da sua vida e após a sua morte, em 2002, o trabalho de Bourdieu foi também muito criticado por autores de correntes teóricas alternativas.

Bourdieu foi, claramente, um estruturalista, ainda que de tipo peculiar. Ainda que a sua obra dê particular relevância aos processos de reprodução social, há nela igualmente uma atenção constante aos modos como se produzem as subjectividades individuais, bem como às formas como estas subjectividades, por sua vez, contribuem para criar, reproduzir e, por vezes, alterar, as estruturas sociais. A atenção às subjectividades e acções individuais é considerada por Bourdieu como crucial para compreender sociologicamente os processos de conflito que se desenvolvem em torno da tentativa de preservar ou transformar as estruturas sociais existentes. Para o autor, contudo, há uma clara primazia das estruturas sobre a acção individual.

Na obra de Bourdieu, a articulação entre estruturas e subjectividades individuais ancora-se em dois conceitos fundamentais: o *habitus* e o campo. Enquanto que o *habitus* é o resultado dos processos pelos quais as estruturas sociais moldam as subjectividades individuais, o campo é o resultado do processo oposto, mas complementar, pelo qual as estruturas adquirem um realidade objectiva. A sociedade é produzida, precisamente, pelo cruzamento do *habitus* e do campo, *i.e.*, pelos processos concomitantes de interiorização pelos indivíduos das estruturas sociais que lhes são exteriores (dando origem ao *habitus*) e de exteriorização das subjectividades individuais (dando origem aos campos).

O *habitus* é um sistema de predisposições presente em cada indivíduo que o leva a pensar, sentir e agir de certos modos, predisposições essas que resultam da interiorização das estruturas sociais exteriores por cada indivíduo. Como cada indivíduo ocupa uma posição diferente na estrutura social, o *habitus* é dependente da classe social de cada um. Ou seja, o *habitus* das classes operárias francesas de meados do século XX será diferente do *habitus* das elites

intelectuais da mesma sociedade neste período. Isto não significa, contudo, que todos os elementos de uma mesma classe social tenham um *habitus* idêntico pois cada um destes indivíduos tem experiências sociais próprias que, sendo semelhantes às dos restantes elementos da mesma classe, nunca são exactamente iguais. Ainda que o *habitus* não seja inteiramente imutável, as predisposições que o compõem são fortemente incorporadas pelos indivíduos através de processos de socialização primária e secundária, levando a que tendam a não se alterar substancialmente ao longo das suas vidas.

O conceito de campo é usado por Bourdieu para pensar as estruturas sociais de forma relacional, afastando-se de visões estruturalistas monolíticas de outras correntes sociológicas. O campo é o simétrico do *habitus*, formando-se pela exteriorização das subjectividades individuais. Ou seja, se o *habitus* se forma no interior dos corpos individuais pela incorporação das experiências permitidas pela posição de classe do indivíduo em campos diferentes, um campo é o espaço formado pelas relações conflituais de *habitus* de classes sociais diferentes. Um campo é uma esfera social que, historicamente, adquiriu uma autonomia relativa face a outros campos pois agrega relações sociais, questões e recursos que não podem ser abarcados pelo esquema de relações conflituais de nenhum outro campo. Por exemplo, os recursos em torno dos quais os agentes sociais competem no campo económico, tais como o dinheiro, não são os mesmos pelos quais os agentes competem no campo da arte, onde se preocupam, entre outras coisas, com o prestígio.

Um campo é, sempre, simultaneamente, um espaço de relações de força e de conflito. Dentro de cada campo, há uma distribuição desigual dos recursos pertinentes, logo, há uma relação de força entre agentes com posições dominantes e dominadas dentro desse campo. No campo económico, há uma concentração de riqueza e propriedade, tal como no campo da arte há uma concentração de prestígio. Dada esta desigualdade, em cada campo os agentes envolvidos lutam para reproduzir ou para transformar as relações de força existentes, ou seja, para manter ou alterar a forma como os recursos do campo estão distribuídos. No campo económico, proletários e burgueses tentam, respectivamente, manter ou eliminar a exploração, tal como no campo da arte os artistas mais jovens desenvolvem correntes artísticas novas e incoerentes com as correntes estabelecidas para contestar o prestígio dos artistas com mais sucesso. Dado que os campos são espaços relacionais, eles são, inerentemente, dinâmicos. Logo, uma das questões sobre as quais pode haver conflito dentro de um campo é, precisamente, a definição desse campo e das suas fronteiras, e logo, das classes de agentes que integram o campo. Por exemplo, no campo da arte, os agentes que pintam murais de graffiti tiveram e têm de lutar pela aceitação do que fazem como arte dado o desprezo de artistas, críticos de arte e públicos com gostos mais tradicionais pela prática dos primeiros, repudiada como mero vandalismo.

Apelando criticamente à sua herança marxista, Bourdieu considera que, dentro de cada campo, há processos de capitalização dos recursos específicos em torno dos quais aí se luta.

Enquanto que, para Marx, há apenas um tipo de capital, o económico, Bourdieu considera que existem diferentes tipos de capital consoante do campo em questão. Tal como há capital económico, há capital cultural, político, social, entre outros. Logo, cada campo caracteriza-se por uma forma de dominação particular, não havendo uma forma de dominação que englobe toda a sociedade (como ocorre na obra de Marx). Estas diferentes formas de dominação e estes diferentes capitais podem concorrer entre si ou articular-se. Um exemplo clássico da concorrência entre agentes que dominam campos distintos é o conflito entre aqueles que possuem mais capital económico e aqueles que possuem mais capital cultural. Por outro lado, há agentes que acumulam capitais em diferentes campos (por exemplo, elites políticas que são também elites económicas e elites culturais), enquanto que há outros agentes que são excluídos em todos os campos (por exemplo, certas categorias de sujeito em situação de pobreza extrema, que não só não possuem capital económico como não têm capital político, cultural, *etc.*). Apesar da especificidade dos processos de capitalização que ocorrem em cada campo, Bourdieu considera que existe um campo englobante, o campo do poder, no qual os agentes que ocupam posições dominantes nos diferentes campos se confrontam.

Apesar da centralidade do conflito na sociologia de Bourdieu, o autor deu igualmente muita importância aos modos como a dominação é naturalizada nas sociedades, assim permitindo a reprodução das estruturas sociais. Os conceitos de poder simbólico e de violência simbólica, conciliando heranças marxista e weberiana, são fulcrais nesta linha de reflexão. Segundo Bourdieu, a violência simbólica é um processo pelo qual os diferentes agentes, em particular, aqueles que ocupam posições dominadas, reconhecem como legítimas as posições dominantes de outros agentes e a ordem social dominante. Graças ao poder simbólico, os agentes dominados não se apercebem do carácter arbitrário e contingente desta ordem social, nem dos mecanismos estruturais em que esta assenta. Ou seja, ainda que qualquer ordem social dominante seja historicamente construída, logo, possa ser modificada, os processos de interiorização das estruturas sociais que operam através da socialização no seio da família, da escola, *etc.*, levam a que os agentes dominados encarem a ordem social dominante como natural, inevitável, inalterável, e mesmo, por vezes, como boa, útil ou justa.

Bourdieu desenvolveu também um conjunto considerável de reflexões metodológicas sobre a sociologia. Nestas, merecem ser destacados os argumentos do autor em torno da sociologia reflexiva e do conceito (ou da prática) de objectivação participante. Para o autor, há uma diferença fundamental entre as práticas dos agentes sociais e as lógicas de acordo com as quais estes agem, por um lado, e os objectos analíticos dos sociólogos, por outro. Estas últimas são representações intelectuais exteriores (porque não são as dos próprios agentes) que os sociólogos mobilizam para compreender as primeiras. Devido a isto, a reflexividade é fundamental na investigação sociológica pois permite aos sociólogos compreenderem as lógicas das práticas dos agentes em si mesmas sem suporem que estes agentes se conduzem nas suas

vidas de acordo com as representações exteriores dos sociólogos. Ou seja, a lógica da vida (Bourdieu diria, a lógica da prática) e a lógica da teorização que outrem leva a cabo sobre as vidas tal como estas são vividas são distintas, não devendo os sociólogos cair no erro de supor que as suas próprias construções teóricas são o que guia os agentes sociais. Dado que os sociólogos são também eles agentes sociais, eles têm, como todos os outros agentes, um *habitus* de classe, *i.e.*, têm uma posição de classe e uma experiência biográfica que determinam como pensam e agem (n)o mundo. Assim sendo, a reflexividade sociológica exige um exercício de objectivação participante de acordo com o qual os sociólogos conscientemente devem explicitar (para si mesmos, tal como para os outros) a relação subjectiva que mantêm com os seus objectos analíticos. Isto traduz-me na necessidade de, durante a investigação sociológica, os sociólogos levarem a cabo uma auto-sócio-análise sem a qual as suas pesquisas carecem de rigor científico. Partindo da explicitação da relação subjectiva que um sociólogo mantém com o seu objecto analítico, que resulta da sua particular posição estrutural e biográfica, o objectivo desta auto-sócio-análise é afastar a subjectividade pessoal do investigador de modo a discernir o que há de objectivo numa investigação de fenómenos objectivos.

Uma última clarificação impõe-se. A descrição da sociologia bourdieusiana como uma forma de construtivismo estruturalista é, no melhor dos cenários, a indicação de que há na obra deste autor um tipo de construtivismo profundamente original, e distinto do que se entende por construtivismo noutras correntes teórico-metodológicas. No pior dos cenários, esta expressão é enganosa. O construtivismo de Bourdieu não é, em definitivo, do mesmo tipo do que encontramos, por exemplo, na sociologia fenomenológica de Alfred Schütz, Peter Berger ou Thomas Luckmann, que abordaremos no próximo ponto do programa desta unidade curricular. Nestes últimos, o construtivismo pressupõe que as práticas interaccionais dos actores são produtoras de estruturas sociais, logo, de realidades sociais, sendo que as segundas não têm existência exterior nem anterior às práticas que as geram. Em Bourdieu, o construtivismo (estruturalista) pressupõe a primazia das estruturas sociais que, contudo, considera serem geradas socialmente. Não é em si mesma a interacção dos actores (aliás, em Bourdieu, será mais correcto falarmos em agentes sociais do que em actores) que produz o mundo social mas, antes, as estruturas que têm a característica de produzir estruturas. Ou seja, para Bourdieu, as estruturas são, simultaneamente, estruturantes e estruturadas. São estruturantes pois têm a capacidade de gerar outras estruturas. São estruturadas pois resultam das capacidades geradoras de outras estruturas. Isto aplica-se quer ao *habitus*, entendido enquanto estrutura interna ou estrutura no interior dos corpos individuais, quer aos campos, entendidos como estruturas externas ou externalizadas por práticas relacionais determinadas (ou, pelo menos, significativamente condicionadas) pelos *habitus* dos agentes envolvidos. Por construtivismo, a sociologia bourdieusiana entende que há uma relação co-constitutiva de estruturas internas e

externas, ou seja, que é a relação (conflitual) entre *habitus* que produz campos e, simetricamente, os *habitus* resultam das posições que os agentes ocupam nesses campos.

Para realizar o estudo deste tópico, deverá ler o texto abaixo indicado.

Corcuff, Philippe (2001), "O construtivismo estruturalista de Pierre Bourdieu", *in idem, As novas sociologias: construções da realidade social*. Sintra: Vral, 37-50.

Para além da bibliografia obrigatória, quem quiser saber mais sobre a obra de Bourdieu poderá ler o seguinte texto opcional.

Silva, Danilo (2014), "A construção da realidade na perspectiva relacional de Pierre Bourdieu", *Temáticas*, 22 (44), 61-86.

Tenha em mente que os materiais de apoio ao estudo disponibilizados não substituem a leitura da bibliografia obrigatória.

Conceitos e temas centrais a reter durante a leitura:

- campo
- *habitus*
- construtivismo estruturalista
- poder simbólico
- violência simbólica
- ilusão biográfica
- reprodução social
- diferentes capitais (cultural, social, económico, *etc.*)
- reflexividade
- objectivação participante
- teoria da prática

Como actividade formativa opcional (não avaliada), procure resumir as principais ideias do texto indicado como bibliografia obrigatória. Escreva as suas dúvidas e comentários interpretativos (ancorados na bibliografia e não, meramente, comentários de senso comum) no fórum da UC para serem discutidos com a equipa docente e os/as colegas.

Este texto foi preparado por João Aldeia para o ano lectivo 2023/2024 da unidade curricular Teorias Sociológicas 41117.



<http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>